



ASPECTOS ECONÔMICOS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE CORUMBATAÍ DO SUL E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO

SOUZA*, Edicléia Lopes da Cruz, PG, Unioeste/Toledo, Desenvolvimento Regional e Agronegócio, edycleya@yahoo.com.br
PONTILI[†], Rosangela Maria, Ciências Econômicas, Fecilcam, rpontili@yahoo.com.br
LEONELLO, João Carlos, Ciências Econômicas, Fecilcam, jleonello@uol.com.br

INTRODUÇÃO

Discutir a realidade social ou econômica de um país ou mesmo de um município, implica incluir nessa discussão a questão do desenvolvimento econômico e as mudanças ocorridas nas bases produtivas. De origem ainda nos Clássicos, a discussão e conceituação do desenvolvimento se estenderam ao longo dos séculos, porém ainda não se tem um consenso na literatura sobre a sua definição.

Na abordagem de Hirschman (1996) o processo de desenvolvimento é decorrente de situações de desequilíbrios, pois a tentativa de superar os gargalos gerados pela dinâmica desigual de um setor, se torna o motor condutor ao desenvolvimento. Schumpeter (1982) considera o desenvolvimento como resultado das transformações tecnológicas e inovação. Para Furtado (2000) o desenvolvimento econômico, é mais que uma transformação produtiva, ele promove as mudanças na estrutura social. Oliveira (2002) aponta que a busca pela industrialização e pelo desenvolvimento econômico é o objetivo no desenvolvimento de uma região ou país, porém, o desenvolvimento deve buscar muito mais que o crescimento nos indicadores econômicos, como também a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Já numa abordagem de desenvolvimento local, Buarque (2002) diz que esse é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos, capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Ocorre, assim, uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, este desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais. De forma geral, as teorias que discutem o desenvolvimento econômico o condicionam à existência ou inexistência de

* Membros do Grupo de Pesquisa GERA: Estudos Regionais, Geo-histórico. Sociocultural, Econômico, Educacional e Ambiental, da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão.



fatores considerados pré-requisitos na estrutura produtiva, tais como: recursos naturais, fontes de energia, recursos humanos, entre outros aspectos. Assim, se um município, mesmo que pequeno, conseguir identificar um desses fatores, é possível utilizá-lo em prol do seu desenvolvimento social e econômico.

Ademais, no caso brasileiro é impossível analisar desenvolvimento de uma localidade sem mencionar, também, as profundas mudanças econômicas que o país como um todo sofreu em sua base de produção. A literatura histórica e econômica aponta que as principais mudanças ocorridas no setor rural ocorreram a partir da década de 1960. Para Kageyama *et al.* (1987) as mudanças nas relações de trabalho, modernização do processo de produção, introdução do trator e modernização do setor agrícola no que se refere aos insumos e técnicas faz com o processo de modernização da agricultura brasileira se torne irreversível.

Não obstante, até esse momento o Estado do Paraná era estritamente agrícola, caracterizado pelas pequenas propriedades em que se praticava principalmente a agricultura de subsistência. Após tais mudanças de modernização e tecnificação do campo, decorre em consequente “expulsão” de um grande contingente populacional para as áreas urbanas, dá-se início ao processo de inversão populacional. Em poucos anos após, a população urbana se iguala a população rural, até o momento em que a primeira sobressai à segunda assustadoramente. Nas últimas décadas, a população rural é ínfima no Estado quando comparada à população residente em áreas urbanas.

Contudo, quando se refere ao tamanho das propriedades (figura 1), na atualidade os pequenos e médios agricultores representam grande parte dos produtores rurais, os quais são responsáveis por grande parte da produção nacional de produtos básicos como arroz, feijão, milho, frutas, pequenos animais, entre outros. Estes produtores também são responsáveis por movimentar a economia em pequenos municípios, gerando emprego e renda no meio rural e dinamizando a atividade comercial nestas localidades. Neste aspecto, vale ressaltar que, em geral, a pequena propriedade rural é caracterizada pela gestão familiar, caracterizado por Montoya e Guilhoto (1999), como sendo agricultor familiar aquele que trabalha e administra individualmente uma pequena área de terra, própria ou de terceiros, empregando basicamente mão-de-obra familiar, cuja produção é parcial ou totalmente orientada para o mercado. De acordo com o Censo Agropecuário (2006), no Paraná 1.507.130 pessoas estão empregadas na agricultura familiar, contra 661.892 da agricultura não-familiar.

Na figura 1, é apresentado o número de propriedades segundo o tamanho das mesmas. Observa-se que em 1970 o Paraná contava com 1.575.024 pequenas propriedades com menos de 10 ha, em 2006 esse número se reduziu a 725.549 estabelecimentos. Enquanto as grandes propriedades com 100 ha a 1000 ha e aquelas com mais de 1000 ha aumentaram significativamente ao longo do período.

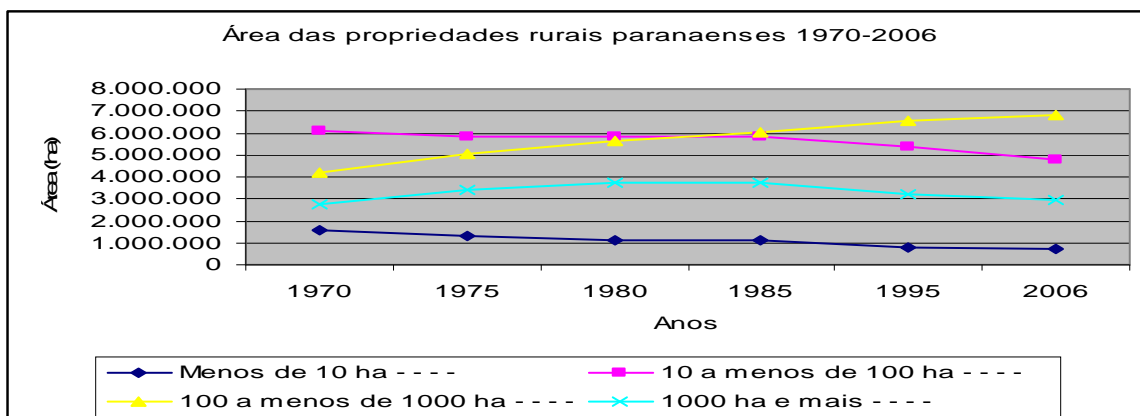


Figura 1: Área em ha das propriedades rurais paranaense no período de 1970 a 2006.
Fonte: IBGE/Censo Agropecuário/2006.

Embora tenha havido profundas mudanças na organização e localização da sociedade paranaense, o Estado continua sendo caracterizado pela sua capacidade agrícola, tanto no que diz respeito à extensão de terras cultiváveis, quanto na produtividade. E mesmo que o destaque maior é para as grandes plantações em escala dos principais produtos da pauta de exportação brasileira, como soja, milho, algodão, café e a pecuária, não se pode ignorar a participação na produção total do estado da pequena agricultura. O número de pequenos agricultores ligados à agricultura familiar, em especial, nos pequenos e pobres municípios ainda é significativa e fundamental tanto para a sobrevivência das pessoas que se mantêm dos recursos oriundos dessas pequenas propriedades como para o abastecimento local e regional de produtos não atrativos economicamente para a produção em grande escala.

Moura e Kleinke (1999) relatam sobre a concentração de população na região Sul do Brasil após 1970. Para eles esse período foi de urbanização intensa e de concentração populacional em aglomerações urbanas. As mudanças estruturais na economia rural, com modificações profundas nas relações de trabalho, resultaram em intensos fluxos migratórios, principalmente na busca de opções no mercado de trabalho urbano. Contudo, o crescimento das cidades não se deu forma igualitária gerando grandes desequilíbrios entre os espaços econômicos. Em um mesmo estado e até numa mesma microrregião encontramos



municípios pobres em meio a outros em maior nível de desenvolvimento tanto econômico quanto social.

É o caso, por exemplo, de Corumbataí do Sul, município localizado na microrregião de Campo Mourão, a mesma que abriga outros municípios caracterizados pela grande produção agrícola e pecuária como Mamborê e Goioerê. Corumbataí do Sul é desprovido de grandes acúmulos de capital, e deficiente de recursos humanos, pois conta uma população em sua maioria analfabeta e já bastante avançada em idade. O município possui 4.946 habitantes e um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), do Estado do Paraná, chegando a 0,678, com uma taxa de pobreza de 48,60%. Além do mais, 87% das famílias deste Município são de baixo poder aquisitivo, com renda mensal média igual ou inferior a um salário mínimo.

Assim, ao analisar o desenvolvimento de Corumbataí do Sul e associá-lo com as teorias existentes, percebe-se que a esse se aplica perfeitamente a primeira etapa do desenvolvimento definidas por Rostow (1974). Segundo esse autor, um país (ou região) para crescer e se desenvolver deve passar por cinco etapas diferentes de desenvolvimento. A primeira etapa que deve ser superada é na qual a economia é basicamente primária, predomina atividades de subsistência, grande parte da população ligada as atividades agrícolas que funcionam com uso intensivo de mão-de-obra e pouco capital. Percebe-se que o município ainda está nessa etapa, talvez o que justifica o seu atraso econômico e um dos IDH mais baixos do estado do Paraná.

As atividades em torno da matéria prima agrícola e a própria produção agrícola, historicamente tem grande importância na economia do município. Sua principal atividade econômica é a prática da agricultura, com destaque para a produção de café e a fruticultura, com destaque para a produção de maracujá. O município conta com o tradicional cultivo de pequenas propriedades em que a agricultura familiar tem grande predomínio, devido ao próprio relevo da região em que agricultura mecanizada é impossibilitada de se desenvolver.

Isto posto, o presente trabalho encara o desenvolvimento regional de Corumbataí do Sul abordando-o pela perspectiva das atividades agrícolas praticadas nas pequenas propriedades do município visando identificar nessas atividades oportunidades para dinamizar a economia local e contribuir para o desenvolvimento regional. Nesse sentido, esse trabalho se justifica pela necessidade de verificar a participação da pequena produção nos municípios paranaenses, sendo que o local escolhido para essa análise é o município de Corumbataí do Sul para o qual se objetiva analisar a produção de maracujá no montante total produzido. A escolha de tal município se deu pelo fato de ser um dos municípios mais pobres do Paraná com baixo Índice de Desenvolvimento Humano, mas que a sua população



tem experimentado grandes progressos com a implantação da cultura de maracujá nas pequenas propriedades rurais.

Para tanto, fez-se uso da estatística descritiva, a partir da utilização de dados obtidos junto ao Censo Agropecuário de 2006, cuja investigação e divulgação são de responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Outras informações adicionais sobre o município de Corumbataí do Sul foram extraídas no Banco de Dados do Estado (BDE), na página eletrônica do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). A seguir, têm-se os principais aspectos da agricultura praticada no município, seguido das principais considerações.

ALGUNS ASPECTOS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE CORUMBATAÍ DO SUL

O Município de Corumbataí do Sul, no Estado do Paraná, localiza-se na mesorregião Centro Ocidental paranaense, distante 447,82 km de Curitiba, a capital do Estado. Em 2006, ano da última contagem populacional realizada pelo IBGE, através do Censo Agropecuário, Corumbataí do Sul tinha uma população de 4.262 habitantes, sendo que na zona urbana havia 2.151 pessoas, o que corresponde a 50,47% da população total. A área rural tinha uma população de 2.111 pessoas ou 49,53% do total de habitantes do município. Tem-se, assim, que quase metade da população vive no meio rural, em propriedades nas quais prevalece a agricultura familiar.

Um indicador que demonstra a importância do setor primário na economia do município é o Valor Adicionado Fiscal (VAF), o qual tem natureza econômico-contábil e é utilizado pelo Estado para calcular o índice de participação municipal no repasse de receitas oriundas do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados). O VAF é apurado pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEF/PR), com base em declarações anuais apresentadas pelas empresas estabelecidas nos respectivos municípios e refere-se ao valor que determinada atividade econômica agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. Na tabela 1 pode-se verificar que houve um crescimento no valor do VAF, em termos nominais, entre os anos 2005 e 2008. Entre 2006 e 2005, este crescimento foi de 35,27%, tendo ocorrido uma queda, no período posterior (2007 a 2006), de 20,07% e um novo crescimento entre 2007 e 2008 (de 36,26%).

Comparando-se os dois anos nos quais o VAF apresenta o maior valor nominal (2006 e 2008), tem um crescimento de 8,91%. Com relação a participação dos três setores de atividade econômica (primário, secundário e terciário), no total do VAF, destaca-se o setor primário, com uma participação mínima de 76% no ano 2008 e uma participação



máxima de 82% em 2005. Em segundo lugar aparece o setor terciário, com uma participação mínima de 11% em 2005. Ressalta-se, aqui, que a participação do setor terciário cresceu ao longo do período, enquanto a participação do setor primário diminuiu. O setor secundário tem participação relativamente pequena na composição no VAF, o que indica uma baixa industrialização do município.

Tabela 01: Valor e percentual do Adicionado Fiscal (em R\$).

VAF	2005	(%)	2006	(%)	2007	(%)	2008	(%)
Total	10.078.269	100%	13.633.309	100%	10.896.842	100%	14.848.349	100%
Setor Primário	8.230.067	82%	11.093.856	81%	8.646.827	79%	11.339.545	76%
Setor Secundário	691.693	7%	741.473	5%	709.622	7%	760.108	5%
Setor Terciário	1.156.509	11%	1.797.980	13%	1.540.393	14%	2.748.696	19%

Fonte: IPARDES, 2010.

Ressalta-se, ainda, que o município apresenta reduzido número de estabelecimentos com atividade econômica (34), sendo estes: indústrias metalúrgicas; indústrias de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico; construção civil; comércio varejista e atacadista; instituições de crédito, seguro e de capitalização; transporte e comunicação; administração pública e outros serviços.

Vê-se, pelos dados da tabela 2, que 67% da população ocupada trabalha em atividades ligadas ao setor primário (agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal, pesca). As atividades que representam o setor secundário (indústria extrativa e de transformação) empregam apenas 2,12% da mão-de-obra ocupada. Enquanto isso, o restante das atividades econômicas que, geralmente, são incluídas entre aquelas que representam o setor terciário, é responsável por 30,52% dos empregos de Corumbataí do Sul. A partir destas informações entende-se que a APROCOR tem uma grande importância política e econômica para o município. Isto porque, se destaca como uma instituição preocupada em desenvolver atividades produtivas, via diversificação, que visam gerar renda aos produtores rurais e ela associados.

A tabela 3 mostra o número estabelecimentos agropecuários, a área colhida e respectiva quantidade produzida em Corumbataí do Sul, segundo as culturas de lavoura temporária. Destaque para o milho em grão, que é cultivado em 167 estabelecimentos, o que corresponde a 42,71% do total. Em segundo lugar tem-se o feijão de cor em grão (62 estabelecimentos ou 15,86% do total) e em terceiro lugar a mandioca que é cultivada em 11,25% dos estabelecimentos agropecuários de Corumbataí do Sul.



Tabela 02: População Ocupada de Corumbataí do Sul, segundo as atividades econômicas - 2000.

Atividades Econômicas	Nº de pessoas	(%)
Agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal, pesca	1.459	67,36
Indústria extrativa, distribuição de eletricidade, gás e água	6	0,28
Indústria de transformação	40	1,85
Construção	55	2,54
Comércio, reparação de veículos automobilísticos	101	4,66
Alojamento e Alimentação	33	1,52
Transporte, Armazenagem e Comunicação	59	2,72
Intermediações	19	0,88
Administração	163	7,53
Educação	116	5,36
Saúde e serviços sociais	39	1,80
Outros serviços	12	0,55
Serviços domésticos	57	2,63
Atividades mal definidas	7	0,32
Total	2.166	100

Fonte: IPARDES/2010.

Tabela 03: Número de estabelecimentos agropecuários de Corumbataí do Sul, segundo as culturas de lavoura temporária - 2006.

Cultura	Número de estabelecimentos	Área colhida (hectares)	Quantidade produzida (toneladas)
Abacaxi	1	X	-
Abóbora, moranga, jerimum	11	2	11
Algodão herbáceo	8	19	13
Alho	10	0	0
Amendoim em casca	2	X	X
Arroz em casca	10	30	7
Cebola	1	X	X
Feijão preto em grão	1	X	X
Feijão de cor em grão	62	73	34
Feijão fradinho em grão	38	98	19
Feijão verde	14	14	4
Mandioca (aipim, macaxeira)	44	366	4.155
Melancia	2	X	X
Melão	2	X	X
Milho em grão	167	497	1.286
Soja em grão	14	358	1.188
Trigo em grão	2	X	X
Cana forrageira	1	X	X
Milho forrageiro	1	X	X
Total	391	1.457	6.717

Fonte: IBGE/Censo Agropecuário/2006. Nota: Os dados das Unidades Territoriais com menos de 3 (três) informantes estão desidentificados com o caracter X.



Quanto à área colhida (em hectares) de produtos da lavoura temporária de Corumbataí do Sul, o milho em grão continua aparecendo com maior destaque e diz respeito a 34,11% do total de área colhida apresentada na tabela. A mandioca, que compunha a terceira posição no número de estabelecimentos agropecuários aparece em segundo lugar nesta tabela, com uma participação percentual de 25,13%. Entretanto, o que mais chama a atenção é o caso da soja em grão, pois ela participa com 24,57% do total de área colhida e compunha apenas 3,58% do total de estabelecimentos agropecuários. Tais informações revelam que boa parte da mandioca e, praticamente, toda soja em grão é cultivada em propriedades de grande porte, ao passo que o milho em grão é cultivado, preferencialmente, em pequenas propriedades.

Com relação à quantidade produzida de lavoura temporária de Corumbataí do Sul (em toneladas). O produto com maior produção foi a mandioca, que participa com 61,86% do total, tendo ficado em segundo lugar o milho em grão, com 19,15% e em terceiro lugar a soja em grão, com 17,68%. Dividindo-se a quantidade produzida (coluna 4), pela área colhida (coluna 3), tem-se a produtividade das propriedades rurais de Corumbataí do Sul, que plantaram produtos de lavoura temporária (em toneladas/hectares). A mandioca apresentou uma produtividade de 11,35 toneladas/hectares, o milho teve uma produtividade de 2,58 toneladas/hectares, enquanto a soja aparece com uma produtividade de 3,32 toneladas/hectare. Ressalta-se, assim, que a mandioca tem uma produtividade bem superior a da soja e a do milho. Entretanto, não se pode dizer que é economicamente mais viável produzir a mandioca, em lugar da soja ou do milho, pois tal afirmação exigiria informações adicionais em relação aos três produtos. Por exemplo, o preço pelo qual o produtor consegue comercializar sua produção afeta a decisão de plantar este ou aquele produto. Além disso, produtos de mão-de-obra intensiva geram um maior custo de produção e podem ser descartados com mais facilidade pelo produtor rural.

No censo agropecuário, há também informação relativa aos estabelecimentos agropecuários que produzem culturas da lavoura permanente. Essas são subdivididas em estabelecimentos com mais de 50 pés e estabelecimentos com até 50 pés. O que se pode constatar é que em Corumbataí do Sul, para o primeiro caso tem-se 420 estabelecimentos e, para o segundo caso, 539 estabelecimentos. Existe uma maioria de pequenos estabelecimentos, especialmente nas culturas da banana, laranja, manga, mamão e tangerina. A cultura do maracujá aparece com mais destaque entre os estabelecimentos com mais de 50 pés, compondo 22,86% destes. O maracujá está em segundo lugar nesta categoria, sendo que o “café arábica em grão” aparece em primeiro lugar, correspondendo a 54,76% do total. A cultura do café ainda é predominante. É importante ressaltar a importância da APROCOR na economia do município, pois o crescimento da produção de



maracujá é recente e originou-se na formação desta associação, que passou a incentivar seus sócios a investirem nesta cultura e acreditarem no potencial da própria associação, com relação à comercialização do produto final.

A quantidade produzida de culturas da lavoura permanente de Corumbataí do Sul (em toneladas) pode ser visualizada na tabela 4. Como não poderia ser diferente, os produtos que aparecem com maior destaque são aqueles que também se destacaram entre os três primeiros cultivados em propriedades com mais de 50 pés. Em 2006, as propriedades rurais de Corumbataí do Sul produziram 1.169 toneladas de “café arábica em grão” e 602 toneladas de “café canephora (robusta, conilon) em grão (verde)”. Juntas, estas duas culturas são responsáveis por 78,33% do total de lavoura permanente do município. O maracujá é responsável por 21,14%, uma vez que foram produzidas 478 toneladas desta cultura no período de referência do censo agropecuário.

Tabela 04: Quantidade produzida de culturas da lavoura permanente de Corumbataí do Sul (em toneladas) - 2006.

Cultura	Quantidade (toneladas)	Participação %
Amora (folha)*	X	0
Banana*	X	0
Café arábica em grão (verde)	1.169	51,70
Café canephora (robusta, conilon) em grão (verde)	602	26,63
Caqui	3	0,14
Laranja	9	0,39
Maracujá	478	21,14
Uva (mesa)*	X	0
Total	2.261	100

Nota:* Unidades Territoriais com menos de 3 (três) informantes. Fonte: IBGE/Censo Agropecuário/2006.

Com relação a cultura do maracujá, a tabela 5 mostra a área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção desta cultura, tomando-se como base as informações da Produção Agrícola Municipal, que também é divulgada pelo IBGE. Comparando-se esta tabela com os valores vistos até agora, percebe-se que há uma diferença com relação a quantidade produzida apresentada na tabela 4. Tal discrepância pode ser entendida como aceitável porque as fontes das duas informações são diferentes, sendo que a primeira (Censo Agropecuário), refere-se a um levantamento junto a todas as propriedades rurais do município e a segunda (Produção Agrícola Municipal) é realizada a partir de uma amostragem estatística. Feita esta explicação pode-se partir para uma análise da evolução da cultura do maracujá, entre os anos 2004 e 2008.

Nota-se, que houve um grande crescimento do total de área disponível para o maracujá, quando se compara o primeiro e o último ano (160%). Quanto a quantidade



produzida, o fato de os produtores terem tido uma maior produção no ano de 2005 (quando a área colhida foi de 90 hectares) e não no ano de 2008, que apresentou a maior quantidade de área colhida (130 hectares). Observa-se, assim, um crescimento de 28,57% na quantidade produzida, entre os anos de 2005 e 2004, comparativamente maior que o crescimento ocorrido entre 2008 e 2004 (de 11,43%). A partir das informações apresentadas na terceira e quarta coluna pode-se afirmar que a produtividade do ano 2004 foi de 28 toneladas/hectare, a maior do período, pois em 2005 a produtividade caiu para 20 toneladas/hectare e, em 2008, para 12 toneladas/hectare. Ou seja, o produtor rural que apostou nesta cultura teve uma perda em termos de produtividade da mesma, fato este que merece ser investigado pelos órgãos e/ou instituições responsáveis pelo incentivo ao plantio do maracujá. Isto porque, perdas frequentes de produtividade podem levar à desmotivação do produtor e conseqüente abandono da cultura.

Tabela 05: Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente de Maracujá - Corumbataí do Sul (2004 a 2008).

Ano	Área Plantada (hectares)	Área Colhida (hectares)	Quantidade Produzida (toneladas)	Valor da Produção (mil reais)
2004	50	50	1.400	1.358
2005	90	90	1.800	2.052
2006	72	72	612	814
2007	80	80	680	673
2008	130	130	1.560	1.872

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Observando o retorno obtido pelos produtores, em termos de valores monetários a partir da comercialização do maracujá, a evolução deste indicador segue o mesmo ritmo da quantidade produzida, tendo sido maior em 2005, quando comparado aos outros anos apresentados na tabela. Dividindo-se o valor da produção pela quantidade produzida, tem-se o retorno obtido pelo produtor por cada tonelada produzida. Neste caso, chama a atenção o resultado referente ao ano de 2006, quando a tonelada foi comercializada por R\$ 1.330,07, sendo este valor superior ao obtido pelos produtores em 2008 (R\$ 1.200,00) e em 2005 (1.140,00). É notório que o valor da produção depende das condições de oferta e demanda no mercado de maracujá. No entanto, aumentar a produtividade desta cultura (e não somente a quantidade produzida) é uma meta a ser constantemente perseguida, uma vez que se pense na melhoria de renda dos produtores rurais em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho foi o de verificar e relatar alguns aspectos sobre a produção agrícola praticada no município de Corumbataí do Sul. A análise foi possível pela

V EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica
26 a 29 de outubro de 2010

NUPEM
Núcleo de Pesquisa Multidisciplinar

FECILCAM
Fórum Estadual de Inovação



disponibilidade de dados junto ao Censo Agropecuário realizado em 2006 pelo IBGE. Pelo exposto nas tabelas e discutido no decorrer do texto, percebe-se que a base econômica do referido município ainda é a atividade agrícola, caracterizada pela pequena propriedade e prática da agricultura familiar, destaque para a produção de frutas principalmente a de maracujá.

Se considerarmos, de um lado, que superar a economia de subsistência em uma sociedade agrícola seja uma das condições e o primeiro passo para se atingir o desenvolvimento econômico, pode-se dizer que o município está atrasado economicamente e somente ao superar tal fase caminhará rumo ao desenvolvimento. Do outro, considerando que a existência de pelo menos dois fatores econômicos essenciais já são suficientes para condicionar o arranco para o desenvolvimento, tem-se que Corumbataí do Sul conta com recursos naturais (terra e clima), e com mão-de-obra, embora pouco qualificada. Se esses recursos forem combinados de forma eficiente poderá atingir melhorias nas condições de vida da população, até mesmo pela manutenção da população nas áreas rurais.

Nessas condições, ressaltamos que a atividade agroindustrial de pequeno porte encontra-se em expansão como alternativa importante de geração de renda em pequenos municípios ligados à agricultura familiar, pois além de agregar valor aos produtos agrícolas, gera novas aprendizagens de comercialização e diversificação das estratégias econômicas das famílias. Se houvesse a implantação de uma agroindústria, aliada às atividades associativistas já desenvolvidas pela Associação dos Produtores do Município de Corumbataí do Sul, estas podem contribuir na implementação e otimização de diversas ações de amplo interesse público.

Podem ser citadas como exemplo as políticas de consolidação da agricultura familiar, a ampliação do emprego e combate à precarização das relações de trabalho, a redistribuição de renda, o acesso ao crédito, a gestão participativa visando o desenvolvimento econômico de pequenos municípios, a organização e acesso ao mercado, bem como a capacitação e organização produtiva de segmentos produtivos. Assim, estariam conformando a o que diz a teoria Schumpeteriana sobre o desenvolvimento. Segundo Schumpeter (1982), as mudanças nas características produtivas de uma região é algo inevitável, natural, porém, necessário. Considerando que uma economia mesmo pequena está inserida num sistema dinâmico, é preciso a inovação para garantir desenvolvimento e manutenção do mesmo.

De mesma forma, pode-se aplicar a teoria de desenvolvimento desequilibrada de Hirshman (1996), a qual parte de uma análise de que o desenvolvimento ocorre quando uma atividade faz investimento e inicia ou aumenta a produção de uma bem , isso faz gerar desequilíbrios para frente e para trás, ou seja, serão necessários mais insumos e matéria-



prima antes do processamento e após, de serviços correlatos. No caso de Corumbataí do Sul, a verticalização da produção agrícola de maracujá, através da implantação de uma agroindústria de processamento de polpa de frutas além de agregar valor à produção de seus associados, buscando fortalecê-los cada vez mais nas redes mercadológicas de comercialização, expandir-se-ia a geração de empregos, assim como da renda dos pequenos produtores, o que contribuirá para o desenvolvimento do município e da região.

REFERÊNCIAS

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2000.

HIRSCHMAN, A. **A propensity to self-subversion**. Harvard University Press, 1996.

IBGE. SIDRA (Sistema de Recuperação Automática de Estatísticas). **Censo agropecuário**. Disponível em <[HTTP://www.sidra.ibge.gov.br](http://www.sidra.ibge.gov.br)>. Acesso em 20 de maio de 2010.

IPARDES. **Banco de Dados do Estado**. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br>>. Acesso em 02 de junho de 2010.

KAGEYAMA, A. et al. **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindústrias**. Out. de 1987.

MONTOYA, M. A.; GUILHOTO, J. J. M. Mudança estrutural no agronegócio brasileiro e suas implicações na agricultura familiar. In.: TEDESCO, J. C. **Agricultura familiar: realidade e perspectives**. Passo Fundo: EDIUPE, 1999, p. 179-254.

MOURA, R; KLEINKE, M. L.U. Espacialidades de concentração na rede urbana da Região Sul. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.95, p.3-25, jan/abr.1999.

OLIVEIRA, G. B. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Revista da FAE, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, mai/ago, 2002.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico**. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 169p. (Série "Os economistas")